

# SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO  
Oficial PM

---



## PROVA OBJETIVA

### Direito Administrativo

**01. O conceito de administração indireta, que passou a ser previsto expressamente no arcabouço legal brasileiro no ano de 1967, abrange um grupo de entidades que, embora possuam especificidades que as distinguem umas das outras, compartilham, também, uma série de características. É exemplo de característica compartilhada entre as entidades da administração pública indireta o fato de**

- A disporem de personalidade jurídica própria.
- B exercerem atividades econômicas em regime concorrencial.
- C dispensarem a realização de concursos públicos para contratações.
- D serem regidas, exclusivamente, pelo regime de direito privado.
- E constituírem centros de competências, sem, no entanto, capacidade processual.

**02. Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar**

- A a avocação temporária de competência.
- B o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- C o deferimento de uma licença profissional.
- D a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- E o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

**03. No regular exercício do poder de polícia, os agentes competentes da Administração Pública podem escolher o melhor momento para realizar a respectiva fiscalização, bem como devem determinar a sanção mais adequada ao caso concreto, notadamente nas situações em que duas ou mais penalidades sejam previstas para certa infração. Tais situações retratam o atributo da**

- A coercibilidade.
- B discricionariedade.
- C autoexecutoriedade.
- D consensualidade.
- E exigibilidade.

**04. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a competência para prática de atos administrativos deve ser definida em lei ou em ato administrativo geral e possui as seguintes características**

- A prescritível, renunciável e prorrogável.
- B imprescritível, indelegável e improrrogável.
- C imprescritível, irrenunciável e improrrogável.
- D indelegável, irrenunciável e improrrogável.
- E prorrogável, indelegável e irrenunciável.

**05. Considerando as peculiaridades envolvendo as licitações na modalidade concorrência para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que**

- A a fase de habilitação é obrigatoriamente anterior à de julgamento.
- B não é possível o seu uso no regime da contratação integrada.
- C é viável a adoção do critério de julgamento de maior retorno econômico.
- D é cabível o seu uso também para a alienação de bens públicos, devidamente desafetados.
- E não há obrigatoriedade de previsão de matriz de riscos para as obras qualificadas como obras e serviços de grande vulto.

**06. Joana, servidora pública do Município Alfa, ao manusear uma politriz portátil, com o objetivo de dar polimento em um monumento situado em praça pública, terminou por danificar o veículo de Pedro, que estava estacionado próximo ao local. Acresça-se que Joana não seguiu as orientações de segurança estabelecidas pelo Município. À luz da sistemática constitucional:**

- A somente Joana será responsabilizada pelos danos causados a Pedro, mesmo que não seja demonstrada sua culpa;
- B o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, mas apenas se for demonstrada a culpa de Joana;
- C é necessário que o Município Alfa e Joana sejam simultaneamente responsabilizados, desde que provada a culpa desta última;
- D Joana e o Município Alfa não serão responsabilizados pelo dano causado a Pedro, pois o interesse público prepondera sobre o individual;

E o Município Alfa será responsabilizado pelos danos causados a Pedro, ainda que não seja demonstrada a culpa de Joana;

**07. Considere que um contribuinte, ao buscar atendimento em uma repartição de determinado órgão público, constate uma situação de flagrante cometimento de atos de improbidade administrativa, cometidos por um funcionário. Nesse caso, é correto afirmar que o contribuinte**

- A nada pode fazer em relação à infração observada.
- B pode impetrar ação de Improbidade Administrativa no Poder Judiciário, sem a contratação de advogado.
- C pode impetrar ação de Improbidade Administrativa no Poder Judiciário, dependendo, no entanto, da contratação de advogado.
- D deve representar ao órgão público para que esse ajuíze ação de improbidade administrativa no Poder Judiciário.
- E deve representar ao Ministério Público para que ajuíze ação de Improbidade Administrativa no Poder Judiciário.

**08. Pessoa jurídica de direito privado, por meio de seus representantes, deu diretamente vantagem indevida a agente público municipal, com o objetivo de fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório público. Considerando-se o ato lesivo e o teor da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:**

- A trata-se de ato contra a administração pública, em razão do qual as pessoas jurídicas são responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais envolvidas;
- B a responsabilidade da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito;
- C na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, a responsabilidade da pessoa jurídica não subsiste, passando a responsabilidade à sociedade sucessora;
- D prescrevem em oito anos as infrações previstas na Lei nº 12.846/2013, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado;
- E em razão da prática de ato lesivo, descrito pela Lei nº 12.846/2013, é exclusiva a atribuição do Ministério Público para o ajuizamento de ação com vistas à dissolução compulsória da pessoa jurídica.

**09. A LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados estabelece princípios fundamentais para o tratamento de dados pessoais. Um desses princípios destaca a necessidade de obter a autorização do titular dos dados, que é:**

- A finalidade
- B adequação
- C necessidade
- D consentimento
- E transparência

**10. João, policial militar, está em gozo de licença para tratar de interesse particular, ocasião em que, em observância às formalidades legais, a autoridade competente decreta estado de emergência. Preocupado e aproveitando o cenário posto, o policial consulta a legislação de regência, para analisar eventuais repercussões práticas que a medida terá sobre o seu licenciamento e sobre outras licenças. Considerando as disposições da Lei Estadual nº 443/1981 (Estatuto dos Policiais Militares), a decretação de estado de emergência poderá ensejar a interrupção da licença:**

- A especial, para tratar de interesse particular e para tratamento de saúde de pessoa da família;
- B especial e para tratamento de saúde de pessoa da família;
- C para tratamento de saúde de pessoa da família, apenas;
- D especial e para tratar de interesse particular;
- E para tratar de interesse particular, apenas.

**11. O Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro determina o direito a concessão das Férias e Outros Afastamentos Temporários do Serviço. Dessa forma, os policiais militares têm direito, ainda, aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, obedecidas as disposições legais e regulamentares, exceto, por motivo de:**

- A luto de 8 (oito) dias.
- B núpcias de 8 (oito) dias.
- C transferência de até 10 (dez) dias.
- D instalação de até 10 (dez) dias.
- E trânsito de até 15 (quinze) dias.

**12. Quanto ao Comando e Subordinação, previsto no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro, pode-se afirmar:**

A O Praça é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de Direção.

B A subordinação, embora afete a dignidade pessoal do policial-militar, decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.

C Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução.

D Os Tenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; deverão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar.

E Subordinação é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial-militar.

**13. A Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que traz normas gerais para a contratação de parcerias público-privadas, prevê que, antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Nesse contexto é correto afirmar que:**

A à Administração Pública, é permitido ser titular da maioria do capital votante na sociedade de propósito específico.

B a sociedade de propósito específico pode assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

C prescinde de autorização expressa da Administração Pública a transferência do controle societário da sociedade de propósito específico.

D é vedado, em qualquer hipótese, aos bancos controlados pelo Poder Público, adquirir a maioria do capital votante na sociedade de propósito específico.

E a sociedade de propósito específico poderá, a seu critério, passar a obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

**14. Conforme a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, não é considerado um princípio básico a ser observado pelos militares no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais:**

- A legalidade
- B disciplina
- C hierarquia
- D moralidade
- E pessoalidade

**15. O Município Alfa almeja realizar a concessão de determinado serviço público precedida de obra pública de sua competência, a ser remunerado exclusivamente por tarifa, para o que está realizando os estudos pertinentes para a elaboração do respectivo edital. Com relação à modalidade de licitação que pode ser utilizada para a formalização do aludido contrato de concessão, à luz da atual redação Lei nº 8.987/95, é correto indicar a seguinte modalidade:**

- A diálogo competitivo.
- B pregão.
- C tomada de preços.
- D convite.
- E concurso.

## **Direito Constitucional**

**16. Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta. À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:**

- A é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- B é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- C é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- D é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- E é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

**17. Maria, filha de Joana, espanhola, e de John, norte-americano, nasceu no território brasileiro quando os seus pais aqui se encontravam a trabalho em uma indústria farmacêutica. Logo após o nascimento, Maria foi levada pelos seus pais para a Argentina. Na situação descrita na narrativa, considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição brasileira, é correto afirmar que Maria é**

A estrangeira, podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade, caso venha a residir no território nacional.

B estrangeira, sem direito reconhecido à obtenção da nacionalidade brasileira.

C estrangeira, podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade.

D brasileira naturalizada.

E brasileira nata.

**18. O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional. Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:**

A o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;

B a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;

C o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;

D a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;

E a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

**19. A ação civil pública tem se mostrado, ao longo do tempo, importante instrumento na garantia de proteção a direitos difusos e coletivos. Dentre os objetos possíveis desta ação, não se inclui**

A a responsabilização por danos causados ao meio ambiente.

B a proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

C a pretensão que envolva contribuições previdenciárias.

D a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.

E a tutela da ordem urbanística.

**20. A Lei estadual nº X, do Estado Beta, veiculou diversas medidas de proteção à fauna no âmbito do território estadual, tendo ainda permitido a realização de sacrifícios animais em determinados cultos religiosos de matriz africana. Esse permissivo, apesar de comemorado por diversos segmentos religiosos, foi duramente criticado por ambientalistas. À luz da divisão de competências**

**prevista na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a Lei estadual nº X**

A avança na competência privativa da União para legislar sobre fauna.

B trata de exercício da liberdade religiosa, de competência legislativa privativa da União.

C se ajusta à competência comum de todos os entes federativos para legislar sobre liberdades constitucionais.

D está circunscrita ao âmbito de competência concorrente do Estado para legislar sobre fauna.

E avança em seara proibida ao Estado de Direito, considerando o seu caráter laico, o que impede a disciplina dessa seara.

**21. A respeito da segurança pública, avalie as afirmativas a seguir:**

**I. É dever do Estado;**

**II. É direito e responsabilidade de todos;**

**III. É exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.**

**Está correto o que se afirma em**

A I, apenas.

B II, apenas.

C I e III, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

**22. Segundo o Art. 144, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, a segurança viária, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compete**

A ao governo federal, pelo seu Departamento Nacional de Trânsito.

B aos agentes de segurança privados contratados pelas concessionárias das vias públicas.

C às guardas estadual e municipal, regulamentadas na forma da lei.

D à polícia estadual, municipal ou do Distrito Federal, conforme o caso.

E aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.

**23. Ana, cientista política, ao verificar a possibilidade de utilização dos institutos do estado de defesa e do estado de sítio para contornar uma comoção grave de repercussão nacional, concluiu corretamente que, nessa hipótese:**

A somente é cabível a decretação do estado de sítio;

B somente é cabível a decretação do estado de defesa;

C o presidente da República tem discricionariedade para optar por uma ou outra das referidas medidas;

D há um escalonamento entre as referidas medidas, de modo que se deve iniciar pelo estado de defesa e, caso seja ineficaz, avançar-se para o estado de sítio;

E a comoção referida na narrativa, desacompanhada de risco para a segurança nacional, não autoriza a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.

**24. Em fevereiro de 2021, o Congresso Nacional aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, conforme o procedimento previsto no Art. 5º, § 3º, da CRFB/88. Com isso, as normas contidas na referida Convenção**

A possuem status de norma supralegal.

B podem ser alteradas por lei complementar.

C possuem status de lei ordinária.

D possuem status equivalente às emendas constitucionais.

E possuem status de ato normativo secundário.

**25. O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte. Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como:**

A revolucionário;

B concentrado;

C formal;

D difuso;

E material.

**26. Ana e Luiz são casados e desejam programar o crescimento da sua família, estabelecendo critérios econômicos para propiciar uma melhor qualidade de vida aos seus filhos. Em paralelo, Roberto e Mauricio, amigos do casal Ana e Luiz, formam entidade familiar estável e requerem a adoção de um menor, postulando perante a autoridade judicial competente. Ambos os casais requerem a concessão de auxílio assistencial pelo crescimento da família, que demanda proteção financeira do Estado. Nos termos da Constituição Federal e da**

**jurisprudência predominante, assinale a afirmativa correta.**

A O casamento é protegido e as demais formações familiares têm interpretação restritiva.

B As entidades familiares autônomas equiparam-se ao casamento, nos aspectos formais.

C As uniões entre pessoas do mesmo gênero e de gênero diversos são acolhidas pelo sistema constitucional.

D A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é restritiva quanto à adoção por casais que representam as novas famílias.

E O espectro de proteção à família abrange a assistência social ampla e a remuneração pelos novos filhos aos casais.

**27. Em relação ao Poder Judiciário Estadual, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro estabelece que um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de:**

A juízes de direito de entrância especial, escolhidos pelo Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice elaborada pelo Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça, mediante critérios objetivos previamente definidos em resolução do Conselho Nacional de Justiça;

B juízes de direito de entrância especial, escolhidos alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, sendo este último por nomeação do Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice elaborada pelo Órgão Especial do próprio Tribunal de Justiça;

C membros do Ministério Público e de advogados, todos com notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, tal como ocorre em todos os demais Tribunais do país, inclusive no Supremo Tribunal Federal;

D membros do Ministério Público e de advogados, todos com notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados ao Tribunal em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes;

E membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**28. Com o objetivo de bem exercer os seus direitos fundamentais, Antônio consultou um jurista sobre os limites a serem observados no seu exercício.**

**Em resposta, o jurista informou, corretamente, em total harmonia com a doutrina mais abalizada, que os referidos direitos:**

- A somente podem ser limitados por outros direitos previstos em lei ordinária;
- B não são limitados por nenhum outro direito da mesma natureza;
- C somente podem ser limitados por outros direitos reconhecidos pela doutrina;
- D podem ser limitados por outros direitos da mesma natureza, viabilizando a sua concordância prática;
- E somente podem ser limitados em caráter abstrato, não à luz do caso concreto no qual incidirão.

**29. A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar que:**

- A sempre exigirão uma omissão por parte dos poderes constituídos;
- B podem ser vistos como a primeira dimensão ou geração dos direitos fundamentais;
- C nunca dependem da disponibilidade de recursos financeiros para a sua implementação;
- D podem exigir o oferecimento de prestações específicas;
- E somente devem ser atribuídos às pessoas naturais, jurídica e economicamente classificadas como necessitadas.

**30. Pedro, na época em que era Chefe do Poder Executivo Federal, foi condenado em um processo por crime de responsabilidade, daí decorrendo a aplicação da sanção de inabilitação para o exercício de função pública. A sanção sofrida por Pedro:**

- A restringe a cidadania em suas acepções ativa e passiva;
- B equivale à proibição de contratar com o Poder Público;
- C acarreta restrições mais amplas que a inelegibilidade;
- D se identifica com a perda da função pública;
- E acarreta a suspensão dos direitos políticos.

## Direito Penal

**31. Com relação à aplicação da lei penal no espaço, segundo o vigente Código Penal, assinale a afirmativa correta.**

- A Somente as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública são consideradas como extensão do território nacional para fins penais.
- B Aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em quaisquer embarcações brasileiras, ainda que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- C A lei brasileira nunca é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras.
- D Ainda que seja cometido no estrangeiro, o crime de genocídio fica sujeito à lei brasileira quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- E Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves privadas estrangeiras, ainda que estejam em pouso no território nacional.

**32. Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal brasileiro adota a teoria:**

- A da atividade;
- B do resultado;
- C da ubiquidade;
- D da consumação;
- E do efeito.

**33. João, maior e capaz, aproveitando-se de que a residência do seu vizinho estava vazia, ingressou no local e subtraiu, sem violência ou grave ameaça à pessoa, mil reais em espécie. Ao retornar ao seu domicílio, o agente se deparou com os seus genitores trabalhando de forma árdua para garantir o sustento da família. Dessa forma, tocado pela atitude dos pais, João restituiu os valores pecuniários aos legítimos proprietários, antes da deflagração de qualquer investigação em seu desfavor. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que a reprimenda de João, na persecução penal superveniente, será reduzida, em razão**

- A do arrependimento posterior, que é uma causa de diminuição de pena.
- B do arrependimento eficaz, que é uma causa de diminuição de pena.
- C do arrependimento posterior, que é uma atenuante.
- D do arrependimento eficaz, que é uma atenuante.
- E da desistência voluntária, que é uma atenuante.

**34. Adamastor é serventuário da justiça e chefe de gabinete de um Desembargador. Por estar em dificuldades econômicas, Adamastor passou a oferecer serviços a advogados. A atividade consistia em procurar advogados que tinham processos sob relatoria do referido desembargador, solicitando vantagem econômica a**

título de influenciar a decisão judicial. Destarte, é correto afirmar que Adamastor deve responder pelo crime de

- A exploração de prestígio.
- B tráfico de influência.
- C prevaricação.
- D corrupção passiva.
- E advocacia administrativa.

**35. Sobre o crime impossível, assinale a afirmativa incorreta.**

- A Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- B A jurisprudência dos Tribunais Superiores tem entendido que a existência de sistema de monitoramento do local por câmeras não autoriza, por si só, o reconhecimento de crime impossível.
- C Na hipótese de flagrante preparado e esperado, aplica-se a mesma regra do crime impossível.
- D A hipótese de crime impossível é caso de atipicidade comportamental.
- E O princípio da lesividade é um dos principais fundamentos para o tratamento conferido pelo Código Penal ao crime impossível.

**36. Determinado agente pretende matar uma vítima por asfixia e, achando equivocadamente que ela estaria morta, joga o corpo no rio, causando a morte por afogamento. Em tal cenário, o agente responderá por:**

- A crime culposos;
- B crime preterdoloso;
- C dolo genérico;
- D dolo de perigo;
- E dolo geral.

**37. No tocante ao erro na teoria do crime, é correto afirmar que:**

- A o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima;
- B o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, não isenta de pena, mas poderá diminuí-la de 1/3 a 2/3;
- C o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei;
- D o erro determinado por terceiro, se evitável, implica isenção de pena para o terceiro que determinou o erro;
- E o erro de tipo implica exclusão da culpabilidade na hipótese de estrito cumprimento de dever legal.

**38. Caio, para excitar sua libido, tem relações sexuais com sua namorada na presença de uma vizinha, de 13 anos de idade, a quem havia pago a importância de R\$100,00 para que ela assistisse ao ato. Diante do caso narrado, Caio deverá responder pelo crime de**

- A assédio sexual.
- B corrupção de menores.
- C estupro de vulnerável.
- D satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- E favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração de criança ou adolescente ou de vulnerável.

**39. Ricardo, com a intenção de ter um carro, apresentou-se como manobrista na frente de um restaurante e, assim, logrou iludir Carolina, que lhe entregou as chaves de seu veículo, pensando que este seria estacionado em segurança. Em seguida, Ricardo se apossou do veículo de Carolina. Assinale a opção que indica, corretamente, o crime praticado por Ricardo.**

- A Estelionato.
- B Apropriação indébita.
- C Furto mediante fraude.
- D Furto mediante abuso de confiança.
- E Apropriação de coisa havida por erro.

**40. João resolveu implodir sua casa, para construir um salão de festas. Assim, sem solicitar ou obter qualquer autorização dos órgãos públicos competentes e sem conhecimento técnico para tal, adquiriu dinamite e, mediante explosão, expôs a perigo a vida, a integridade física e o patrimônio de seus vizinhos. Sob a ótica do direito penal, afirma-se que João:**

- A não cometeu qualquer crime, por falta de tipicidade penal;
- B não cometeu qualquer crime, pois o ilícito praticado merece reprimenda apenas na esfera cível, pela falta de dolo;
- C cometeu crime de dano;
- D cometeu crime de explosão;
- E cometeu crime de incêndio.

**41. Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:**

- A genocídio;
- B estupro;
- C furto qualificado pelo emprego de explosivo;

D constituição de milícia privada;  
E falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

**42. A Lei nº 9.455/1997 tipifica o crime de tortura e aponta as suas diversas espécies. Sobre o delito em questão, analise as afirmativas a seguir:**

- I. admite tentativa;
- II. é insuscetível de graça ou anistia, mas permite o indulto;
- III. pode ser praticado por conduta comissiva ou omissiva.

Está correto somente o que se afirma em:

- A I;
- B III;
- C I e II;
- D I e III;
- E II e III.

**43. A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de**

- A xenofobia, religião ou etnia.
- B cor, etnia ou procedência nacional.
- C parentalidade, transexualidade ou religião.
- D orientação sexual, raça ou localização geográfica.
- E origem familiar, cor ou sexualidade.

**44. Após discutir com alguns vizinhos, Lúcio efetuou disparos de arma de fogo para o alto na via pública, atingindo o telhado de uma das casas, o que fez com que os moradores da localidade, dois dias depois, registrassem o fato na delegacia de polícia. A autoridade policial representou pela busca e apreensão de eventual prova de crime na residência de Lúcio, o que foi deferido pelo juízo competente. No cumprimento do mandado, foi apreendida na residência uma arma de fogo sem registro, sendo certo que Lúcio não tinha autorização legal para portar ou possuir qualquer tipo de arma. Restando comprovados os fatos por prova oral e pericial, Lúcio:**

- A responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, na forma continuada;
- B responderá apenas pelo crime de disparo de arma de fogo, ficando o crime de posse absorvido pela consunção;

- C responderá pelos crimes de posse de arma de fogo e de disparo de arma de fogo, em concurso material;
- D responderá apenas pelo crime de posse de arma de fogo, configurando o disparo pós-fato impunível;
- E não responderá por qualquer delito, pois os crimes de posse e disparo de arma de fogo exigem perigo concreto.

**45. A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, institui, em seu Art. 5º, que a violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Avalie se este artigo se aplica às seguintes situações:**

- I. No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
- II. No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
- III. Em qualquer relação íntima de afeto, por laços naturais ou afinidade, na qual o agressor coabite com a ofendida.

Está correto o que se afirma em

- A I e II, apenas.
- B I e III, apenas.
- C II e III, apenas.
- D I, II e III.
- E II, apenas.

## Direito Processual Penal

**46. Maria praticou crime de lesão corporal leve contra Aline, sendo o caso encaminhado de imediato ao Juizado Especial Criminal. Na audiência preliminar, que ocorreu três meses após o fato, não houve composição civil dos danos, e a ofendida Aline não exerceu o direito de representação verbal. Diante desse cenário, é correto afirmar que o juiz:**

- A deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da decadência do direito de representação;
- B deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da caracterização do perdão tácito da ofendida;

C deverá extinguir o feito sem exame do mérito em razão da renúncia expressa ao direito de representação;

D não deverá extinguir o feito, devendo o Ministério Público oferecer acordo de não persecução penal a Maria;

E não deverá extinguir o feito, pois a representação poderá ser exercida dentro do prazo de seis meses da data em que Aline soube quem foi o autor do crime.

**47. Após tomar conhecimento de denúncia anônima, João, delegado de polícia, instaurou inquérito para apurar a prática de crimes de estupro praticados em local de sua atribuição. Sobre esse tema, é correto afirmar que**

A a denúncia anônima é uma espécie de notitia criminis mediata.

B a denúncia anônima é uma espécie de delatio criminis, sendo suficiente para a instauração de inquérito policial, a depender da convicção do delegado de polícia.

C a denúncia anônima é uma espécie de notitia criminis imediata.

D a denúncia anônima não tem valor jurídico a embasar a instauração de inquérito policial.

E embora não seja suficiente para instaurar a ação penal, a denúncia anônima tem eficácia jurídica para a instauração do inquérito policial.

**48. Everton responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de tráfico de drogas, previsto no Art. 33, caput, da Lei 11.343/06. Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão**

A deve ser concluído em 90 dias, podendo este prazo ser duplicado pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.

B deve ser concluído em 10 dias, não podendo este prazo ser prorrogado.

C deve ser concluído em 30 dias, podendo este prazo ser duplicado pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.

D deve ser concluído em 90 dias, não podendo este prazo ser duplicado.

E deve ser concluído em 30 dias, não podendo este prazo ser duplicado.

**49. A autoridade que, por expressa previsão legal, mesmo não se enquadrando no conceito de delegado de polícia, pode conduzir inquérito policial é:**

A magistrado;

B promotor de justiça;

C procurador da República;

D oficial militar;

E parlamentar.

**50. Nos casos de ações penais em curso, alcançadas por sucessão de lei nova que acarrete observância do princípio da continuidade normativo-típica, a denúncia ou queixa deverá:**

A ser ratificada;

B ser retificada;

C ser rerratificada;

D ser extinta;

E prosseguir sem alterações.

**51. Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à perícia, assinale a afirmativa correta.**

A Na falta de perito oficial, o exame será realizado por uma pessoa idônea, com reconhecida experiência na área, independentemente de qualificação acadêmica formal.

B A formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico por ocasião da perícia é faculdade exclusiva do Ministério Público e do acusado.

C O assistente técnico atuará desde o início dos trabalhos periciais, independentemente do momento de sua admissão pelo juiz, devendo ser refeitos os atos praticados previamente à sua nomeação.

D Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, mas as partes deverão indicar apenas um assistente técnico.

E O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

**52. Em relação ao sujeito passivo dos delitos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é correto afirmar que:**

A há necessidade de demonstração de vulnerabilidade concreta;

B a ausência de demonstração de relação de inferioridade inviabiliza a responsabilização criminal;

C a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar é presumida;

D em caso de subjugação feminina, a aplicação do sistema protetivo depende de demonstração específica;

E a organização social brasileira não é mais um sistema hierárquico de poder baseado no gênero.

**53. Caio e Matheus, policiais militares, foram orientados, pelo superior hierárquico, para que realizassem patrulhamento de rotina na região XYZ do Município Alfa. Ao se dirigirem ao local, os agentes da lei, por coincidência, depararam com Tício apontando uma faca para Maria e exigindo-lhe a entrega de um telefone celular. Desta forma, os policiais militares capturaram Tício em flagrante e, na sequência, o encaminharam à Delegacia de Polícia. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de um flagrante**

- A preparado.
- B impróprio.
- C esperado.
- D próprio.
- E forjado.

**54. A Lei nº 7.960/89 traz uma medida cautelar pessoal de natureza constritiva conhecida como prisão temporária. Sobre tal medida, é correto afirmar que:**

- A poderá ser decretada de ofício pelo magistrado;
- B ainda que decorrido o prazo da prisão fixado pelo magistrado, a soltura do preso depende da expedição de alvará neste sentido;
- C sendo o crime investigado hediondo, poderá ter seu prazo inicial fixado em até 30 dias;
- D em regra, terá prazo de 05 dias, improrrogável;
- E poderá ser decretada caso esteja sendo investigada a prática de homicídio doloso qualificado, mas não de homicídio doloso simples.

**55. A respeito da audiência de custódia, é correto afirmar que:**

- A o estabelecimento da audiência de custódia no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 concretiza disposição da Convenção de Palermo em reforço aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica;
- B a não realização da audiência de custódia, por si só, é apta a ensejar a ilegalidade da prisão cautelar imposta ao capturado, diante da necessidade de respeito aos direitos e garantias previstos na Constituição da República de 1988 e no Código de Processo Penal;
- C operada a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, fica superada a alegação de nulidade na ausência de apresentação do preso ao juízo com

competência para a audiência de custódia, logo após o flagrante;

D a realização de audiência de custódia não pode ser dispensada em razão das limitações decorrentes da crise provocada pela pandemia de Covid-19, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça;

E a captura do agente em decorrência do cumprimento de títulos prisionais distintos da prisão em flagrante dispensa a realização da audiência de custódia, diante do prévio controle da prisão pelo Poder Judiciário.

**56. Após o recebimento da denúncia oferecida em face de Tício, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, o juízo determina a sua citação. Nada obstante, ao tentar cumprir a determinação judicial, o oficial de justiça verifica que o denunciado se oculta para não ser citado. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Tício será**

A citado por hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.

B reputado tacitamente citado, com o prosseguimento do processo.

C reputado revel, com o prosseguimento do processo.

D citado por edital, com o prazo de quinze dias.

E citado por edital, com o prazo de dez dias.

**57. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, observando-se o procedimento comum ordinário. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:**

A o Ministério Público e a defesa técnica, em alegações finais orais, terão o prazo de quinze minutos, prorrogáveis por mais dez minutos;

B o juiz, finda a instrução processual, proferirá sentença oral, não podendo se estender por mais de trinta minutos;

C o juiz iniciará a inquirição das testemunhas, passando a palavra, em seguida, à parte que as arrolou;

D o juiz poderá indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias;

E o Ministério Público e a defesa técnica poderão arrolar, cada qual, cinco testemunhas.

**58. No curso de inquérito policial, a autoridade policial indiciou Napoleão pela prática do crime de homicídio qualificado, em que pese os elementos de informação colhidos demonstrassem de maneira clara que o investigado agiu em legítima defesa.**

Visando combater tal decisão e buscar o “trancamento” do inquérito policial, o advogado de Napoleão poderá:

- A interpor recurso para o chefe de polícia;
- B impetrar habeas corpus, sendo competente para julgamento um juiz de 1º grau;
- C impetrar habeas corpus, sendo competente para julgamento o Tribunal de Justiça respectivo;
- D interpor recurso em sentido estrito, sendo competente para julgamento um juiz de 1º grau;
- E impetrar habeas corpus para análise pelo chefe de polícia.

59. Em relação aos procedimentos criminais relacionados à Lei 12.850/2013 (Organização Criminosa), analise as afirmativas a seguir:

- I. No tocante à formalização do acordo de colaboração premiada a que alude a Lei no 12.850/2013, para uma melhor análise do panorama probatório, o juiz deverá participar diretamente das negociações realizadas entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público.
- II. Uma vez procedida e aceita a proposta de acordo, dela o colaborador não poderá retratar-se; eventuais provas que autoincriminem o colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.
- III. Para que o colaborador se beneficie da proposta de acordo, ele deverá contribuir de maneira efetiva para a coleta de provas, não bastando a simples confissão ou a incriminação de terceiros. É esperado também que o colaborador se afaste das práticas delitivas.

Está correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I, II, III.
- D I, II, apenas.
- E II, III, apenas.

60. A Lei nº 9.296/1996 (Lei de Interceptação Telefônica) disciplina o procedimento de interceptação telefônica, tratando-se de medida cautelar probatória. A referida medida:

A pode ser decretada pelo juiz, durante o inquérito, de ofício ou após representação da autoridade policial, por prazo indeterminado se o crime for de natureza hedionda;

- B não admite prorrogação, caso fixada pelo prazo inicial de quinze dias;
- C pode ser requerida e deferida diretamente pelo juiz com base exclusivamente em denúncia anônima;
- D pode ser deferida independentemente da espécie de sanção penal cominada ao crime investigado;
- E não será admitida quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

## Direito Penal Militar

61. Sobre o concurso de agentes, conforme previsto no Código Penal Militar, analise as afirmativas a seguir.

- I. A culpabilidade implica na reprovação jurídica da contribuição de cada participante e orienta a individualização da pena a ser aplicada.
- II. A comunicabilidade das elementares pessoais se concilia com a teoria monista.
- III. A referência à culpabilidade permite caracterizar um crime único, mesmo nos casos de cooperação dolosamente distinta.
- IV. A distinção entre autoria e participação conduz à caracterização de crimes diversos.

Estão corretas as afirmativas

- A I e II, apenas.
- B I, II e III, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D I, II, III e IV.
- E I, apenas.

62. Segundo o Código Penal Militar brasileiro,

- A a reforma é uma espécie de pena acessória que sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar.
- B a pena de impedimento sujeita o condenado à situação de inatividade e fora da unidade militar.
- C o crime cometido em país estrangeiro só atenua o crime quando praticado por civil.
- D a suspensão dos direitos políticos é efeito automático das condenações militares, ainda que o réu seja civil.
- E é vedada, em tempos de paz, a suspensão condicional da pena para o crime de desrespeito a superior.

63. A ofensa à dignidade ou ao decoro são elementares que se fazem presentes expressamente no crime militar de:

- A desacato a assemelhado ou funcionário
- B ingresso clandestino
- C desacato a superior
- D desobediência
- E desacato a militar

**64. Em se falando dos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa que corresponde ao crime de CONCUSSÃO:**

- A Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional.
- B Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- C Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão de cargo ou função, para recolher aos cofres públicos.
- D Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.
- E Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

**65. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

- A O Código Penal Militar compreende os crimes e as infrações dos regulamentos disciplinares militares.
- B Equipara-se ao comandante, para efeito da aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de chefia.
- C Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou da omissão.
- D A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversa, nem nela é computada, quando idêntica.
- E Superior é o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar.

**66. Acerca do que dispõe o Código Penal Militar (CPM) relativamente à imputabilidade penal, assinale a opção correta.**

- A A pena poderá ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- B Será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que no momento da ação ou omissão, em virtude de doença mental, não possuía a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C Não será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que, no momento da ação ou omissão, apesar de doença mental, possuía a capacidade de determinar-se de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato.

D Não será imputada a responsabilidade pelo crime ao agente se a doença mental não suprimiu e não diminuiu a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação.

E Não será imputada a responsabilidade pelo crime ao agente que, no momento da conduta, estava em estado de embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior.

**67. Assinale a alternativa correta com relação ao crime militar.**

A A omissão é relevante como causa para o crime militar quando o omitente, apesar de não poder, deveria agir para evitar o resultado.

B Diz-se o crime militar tentado quando, iniciada a sua preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

C Deixam de ser elementos constitutivos do crime militar a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa à agressão.

D Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime militar, a pena correspondente ao crime será diminuída de um a dois terços.

E A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente age em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

**68. Acerca dos Crimes contra a pessoa, dos Crimes contra o patrimônio e dos Crimes contra a administração militar, todos previstos no Código Penal Militar, marque a alternativa correta.**

A São exemplos de crimes contra a pessoa: homicídio, genocídio, lesão corporal, rixa, periclitamento da vida ou da saúde, a extorsão, o estelionato.

B São exemplos de crimes contra o patrimônio: furto, roubo, apropriação indébita, receptação, usurpação, dano, usura, rixa.

C São exemplos de crimes contra a administração militar: desacato, desobediência, peculato, concussão, corrupção, falsidade.

D Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio é crime de apropriação indébita.

E Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, é tipificado como crime de corrupção.

**69. Considere-se que um tenente da polícia militar, durante o serviço de fiscal, cometa crime propriamente militar ao praticar violência contra vigia em serviço. Nessa situação hipotética,**

A a ação penal poderá ser oferecida por denúncia do Ministério Público Militar ou por queixa-crime do querelante, independentemente da inércia do parquet.

B o processo penal militar terá início com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e se efetivará com o recebimento da denúncia pelo juiz.

C apresentada a denúncia contra o tenente, o membro do Ministério Público poderá desistir da ação até o recebimento dela pelo juiz.

D o direito de ação é exercido pelo Ministério Público, cabendo-lhe exercer o poder de jurisdição em nome do Estado.

E o processo penal militar terá início com o recebimento da denúncia pelo juiz e se efetivará com a citação do acusado.

**70. O Código Penal Militar veda a suspensão condicional da pena no caso do crime militar de**

A lesão corporal.

B adormecimento em serviço.

C desrespeito a superior.

D embriaguez em serviço.

E uso de entorpecente.

## **Direitos Humanos**

**71. Assinale a opção que se refere à Convenção Internacional de Direitos humanos que possui status de emenda constitucional em âmbito interno.**

A Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

B Convenção internacional sobre o direito das crianças.

C Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

D Declaração Universal de direitos humanos.

E Pacto San José da Costa Rica.

**72. Sobre a característica da universalidade dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.**

A Os Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, que estejam em situação regular no país de residência.

B A realidade cultural de um país é argumento suficiente para afastar a aplicabilidade de um direito humano, tendo em vista a prevalência da soberania nacional.

C O reconhecimento da multiculturalidade demanda um esforço de análise do caso concreto para se compatibilizar um direito humano em descompasso com a cultura daquele país.

D A universalidade é um conceito amplo, que afirma em âmbito universal que um determinado direito deve ser reconhecido por todos os países.

E Os Direitos Humanos têm validade em todos os lugares do planeta, alcançada por uma nova perspectiva comunitária, com a elaboração de documentos internacionais de proteção destes direitos.

**73. Sobre a evolução dos direitos das mulheres em âmbito nacional, assinale a afirmativa correta.**

A Todas as mulheres puderam votar apenas com o advento da Constituição promulgada em 1988.

B O estatuto da Mulher casada foi um avanço, que permitiu a mulher, dentre outros direitos, a possibilidade de receber herança, sem a necessidade de autorização do marido.

C O Código Civil prevê a possibilidade de anulação do casamento, na hipótese de um dos cônjuges descobrir que o outro não era virgem antes do matrimônio.

D Os crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal indicam a necessidade de a vítima se apresentar socialmente como mulher honesta para a configuração de fato típico.

E O dever de cuidado dos filhos, tem um caráter dúplice, uma vez que também se afigura como um direito da mulher a exercer plenamente o poder familiar.

**74. Sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinale a afirmativa correta.**

A O referido pacto foi adotado pelos países integrantes da OEA, após o fim da ditadura civil-militar, ocorrida em diversos países da América Latina.

B O direito à vida privada é um direito cultural absoluto, que não possui ressalvas nos artigos do mencionado pacto internacional.

C A observância dos direitos sociais pelos Estados deve ocorrer de forma imediata, sob pena da adoção de sanções severas em âmbito internacional.

D Diferente do Pacto dos direitos civis e políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui aplicação progressiva pelos Estados.

E Este Pacto limitou a incidência da Declaração Universal de Direitos Humanos, cujos dispositivos possuíam alcance mais amplo e irrestrito dos direitos previstos.

**75. Os Direitos civis e políticos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana. Sobre esta temática, assinale a opção que informa corretamente um Direito Humano desta natureza.**

A Direito à moradia digna.

B Direito à saúde.

C Direito à educação.

D Direito a presunção de inocência.

E Direito a condições de trabalho justas.

**76. Na perspectiva histórica, a doutrina divide os Direitos Humanos em gerações. Sobre esta temática, analise os tópicos a seguir:**

**I. 1ª geração: direitos da liberdade, direitos civis e políticos.**

**II. 2ª geração: direitos da igualdade, direitos sociais, econômicos e culturais.**

**III. 3ª geração: direitos da fraternidade, direitos difusos, dos povos da humanidade.**

**IV. 4ª geração: direitos de participação democrática, direito ao pluralismo, bioética.**

**Está correto o que se afirma em**

A I, III e IV, apenas.

B I, II e III, apenas.

C I e III, apenas.

D I, II e IV, apenas

E I, II, III e IV.

**77. Os fundamentos dos Direitos Humanos são a razão de ser desses direitos, sua base filosófica de validade. Acerca deste tema, assinale a alternativa correta.**

A De acordo com o fundamento jusnaturalista, os Direitos Humanos decorrem da natureza humana, a qual se deve respeitar ao próximo para ser respeitado.

B Os Direitos Humanos, de acordo com a corrente jusnaturalista, decorrem do mandamento do soberano, o qual determina aqueles que fazem jus a proteção de seus direitos pelo Estado.

C A fundamentação positivista afirma que a validade dos Direitos Humanos decorre da sua previsão em uma norma posta, editada conforme as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

D A ideia de que o direito humano decorre de um mandamento divino é denominada como jusnaturalista, a qual tem o seu fundamento de validade nas escrituras sagradas.

E A tese de fundamentação religiosa prevalece nos dias atuais, tendo em vista que todos os Estados têm uma religião predominante, que aponta as diretrizes básicas dos Direitos Humanos vigentes.

**78. Determinado ativista dos direitos humanos afirmou, em um evento, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos era totalmente infensa à tortura. Um debatedor, no entanto, insurgiu-se contra essa assertiva sob o argumento de que a Declaração reconhecia que o indivíduo estava inserido no agregado social, logo, o interesse individual nem sempre sobrepujava o coletivo, o que permitia a prática da tortura em situações específicas. À luz dos termos da referida Declaração, é correto afirmar que**

A o indivíduo não pode subsistir sem o social, logo, o debatedor está certo.

B a tortura será admitida, ou não, conforme a natureza do crime a ser apurado.

C a tortura do ser humano nega sua própria condição humana, logo, o ativista está certo;

D a tortura não pode ser admitida quando inexistir indícios de autoria e prova da materialidade.

E a Declaração não é um tratado, mas mera exortação moral, logo, suas disposições são conselhos aos Estados partes, e, entre elas, não está a proscricção da tortura.

**79. Sobre os direitos da pessoa idosa, assinale a afirmativa correta.**

A A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

B O STF reconheceu a constitucionalidade do art. 39 do Estatuto do Idoso, que assegura gratuidade dos transportes públicos aos que têm mais de 60 anos, pois a norma constitucional garantidora do direito.

C A política nacional do idoso possui como uma de suas diretrizes a atuação em substituição a pessoa idosa, tendo em vista as dificuldades físicas e psicológicas, inerentes ao envelhecimento.

D A pessoa idosa é aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Sendo que entre as pessoas maiores de 75 (setenta e cinco) anos, é assegurada prioridade especial.

E O Ministério Público deverá atuar em todos os processos em que a pessoa idosa é parte, tendo em vista a presunção de vulnerabilidade.

**80. Sobre a evolução do reconhecimento de direitos ao grupo vulnerável constituído por pessoas da população LGBTQIA+, é CORRETO afirmar que:**

A considerando o âmbito dos sistemas global e regional de proteção aos direitos humanos de que o Brasil é parte, ainda não existe qualquer espécie de instrumento que contemple especificamente princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

B o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconhece como válida e com os efeitos de entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, diante do que os cartórios do Brasil não poderão recusar a celebração de casamentos civis de casais do mesmo sexo, ou deixar de converter em casamento união estável homoafetiva.

C no caso *Atala Riffo y ninas versus Chile*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, declarou que, na ponderação entre direitos dos guardiões e das crianças, a orientação sexual é fator determinante para avaliação do direito à guarda, considerando que a exposição à discriminação afeta o crescimento e o desenvolvimento emocional das crianças filhas de casais homossexuais.

D ainda não é possível a apresentação de reclamações individuais perante o sistema de proteção aos direitos humanos da ONU sobre violações a direitos humanos desse grupo, havendo, no entanto, tratativas em andamento junto ao Comitê de Direitos Humanos, vinculado ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

E segundo a jurisprudência dominante, o reconhecimento do princípio constitucional da igualdade impede a expedição de documentos oficiais às pessoas transexuais contemplando prenome que esteja em desacordo com seu sexo biológico.

**Gabarito Rascunho**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

**Gabarito**

**Simulado Amostra – Polícia Militar do Rio de Janeiro**

**NÍVEL SUPERIOR**

Aluno / Aspirante / 2º Tenente																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	B	C	C	E	E	A	D	D	C	C	B	E	A	D	E	B	C	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	A	D	B	C	E	D	D	C	D	A	A	A	C	E	C	D	A	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	D	B	C	D	E	D	C	D	E	E	C	D	C	C	A	D	B	B	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
A	E	C	E	E	A	C	C	E	C	A	E	B	D	D	E	C	C	A	B